



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA NA SALA DE
AULA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE FORTALEZA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Carla Gonçalves Meira Arruda

**Fortaleza, CE, Brasil
2010**

**A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA NA SALA DE AULA:
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

por

Carla Gonçalves Meira Arruda

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof. Lorena Inês Peterini Marquezan

Fortaleza, CE, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA NA SALA DE AULA:
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

elaborada por
Carla Gonçalves Meira Arruda

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Antonio Hugo Fontana, Dr. (UFSM)

Maria Eliane Alves Lobo, Ms. (PMF/SME)

Fortaleza, 18 de setembro de 2010.

Ninguém educa ninguém, nem a si mesmo; os homens se educam em comunhão.

Paulo Freire

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, aos meus pais que sempre me mostraram o valor do estudo, aos meus filhos Rodrigo e Kelly que me ajudaram a aprender a usar essa máquina fantástica que é o computador, a minha orientadora Lorena Inês Peterini Marquezan pela compreensão e prestimosa ajuda, aos ilustres professores, às tutoras Eliane Lobo e Selma Bessa, aos meus amigos e à Secretária de Educação da Prefeitura de Fortaleza Sra. Ana Maria Fontenele pela oportunidade de cursar a Especialização em Gestão Educacional, ministrada pela renomada Universidade Federal Santa Maria.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA NA SALA DE AULA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA

AUTORA: Carla Gonçalves Meira Arruda
ORIENTADORA: Lorena Inês Peterini Marquezan
Data e Local da Defesa: Fortaleza/Ce, 18 de Setembro de 2010.

Em virtude do índice crescente de indisciplina nas escolas, ocasionando repetência, evasão ou exclusão de algumas crianças do sistema de ensino, tornou-se necessária uma investigação a respeito das possíveis causas que geram problema em sala de aula. Para tanto, o objetivo geral desta monografia foi, após estudo teórico e pesquisa de campo, com entrevistas, coleta de dados e observações *in situ*, abordar a questão da problemática da indisciplina em sala de aula no Ensino Fundamental. Na elaboração desta pesquisa, foram consultados alguns autores tais como: LUCK (1998,2000,2006,2008), PARRAT-DAYAN (2008), SHIMIDT (1989), SOARES (1989), VASCONCELOS (1995), DALMAS(1994), AQUINO (1996), PIAGET (1977) e DEMO (1987). Após o embasamento teórico e pesquisa de campo, buscou-se apontar algumas possíveis soluções que possam contribuir no sentido de minimizar o problema em questão. Objetivou-se investigar os motivos da indisciplina escolar estar se tornando um problema em constante agravância no contexto da Gestão Escolar. Busca-se uma disciplina consciente e interativa, com participação, respeito, responsabilidade, construção do caráter e da cidadania. Almeja-se que através de um planejamento participativo, gestando o projeto político pedagógico, haja engajamento de toda a comunidade escolar. Assim, poderemos alcançar uma educação de qualidade e democrática para todos. Dessa forma, é provável que diminua o índice de evasão escolar, e que os alunos comecem a respeitar e a gostar do espaço que pertence a eles.

Palavras-chave: Indisciplina. Exclusão. Gestão Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA (THE PROBLEM OF THE INDISCIPLINE AT THE CLASSROOM: A CASE STUDY AT A MUNICIPAL SCHOOL)

AUTHOR: Carla Gonçalves Meira Arruda
ADVISER: Lorena Inês Peterini Marquezan
Data e Local da Defesa: Fortaleza/CE, 18 de setembro de 2010.

According to the increasing of indiscipline that leads to repetition, exclusion or evading of many students from school, it became necessary to investigate the reasons that cause this problem at classrooms. In order to achieve it, the general purpose of this Monography was to board the problem of indiscipline in the classroom at the elementary school. To the production of this research, it was consulted writers as LUCK (1998,2000,2002,2006,2008), PARRAT-DAYAN (2008), SHIMIDT (1989), SOARES (1989), VASCONCELOS (1995), DALMAS(1994), AQUINO (1996), PIAGET (1977) and DEMO (1987). The intention is to find, after theoretic research and field method with interviews, data and observations, solutions to contribute in minimizing the problem. Its aim is to investigate the causes that lead indiscipline to turn into a frequent increasing problem to School Management. Teachers should be able to understand that their point of view of discipline is wrong and build a new view that is: discipline has to express aliened relations anymore. It's tried to follow a conscious discipline where it has participation, respect, responsibility, construction of knowledge, as well as the forming of the character and citizenship. The aim is that through a sharing planning, according to the political pedagogical project, all the school community is engaged, reaching an education with quality and democracy for all. According to this idea, it will probably result in a reduction of the school evasion rate and students will begin to respect and like the place that belongs to them.

Key-words: Indiscipline. Exclusion. School Management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	10
1.1.1 Objetivo Geral.....	10
1.1.2 Objetivos Específicos.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Possíveis causas da indisciplina escolar.....	11
2.2 Função da família.....	12
2.3 A disciplina na escola.....	13
2.4 Bullying escolar.....	17
2.5 Conceito de letramento e implicações na disciplina e indisciplina dos discentes.....	24
2.6 Formação docente.....	27
2.7 Relacionamento professor-aluno.....	33
2.8 Processo de avaliação.....	34
2.9 Repetência e evasão.....	38
2.10 Planejamento Participativo.....	41
3 METODOLOGIA.....	43
3.1 Hipóteses levantadas.....	43
3.2 Recursos.....	43
4 RESULTADO.....	44
4.1 Descrição da escola.....	44
4.2 Análise quantitativa e qualitativa.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS.....	56

INTRODUÇÃO

A literatura sobre a disciplina escolar não conseguiu esgotar o tema de constante questionamento. Em busca de atenuar o problema da indisciplina, questionei minhas teorias e tentei vinculá-las às atitudes tomadas por alunos e professores.

O estudo da indisciplina em sala de aula auxilia num melhor entendimento sobre essa questão. Este trabalho pode gerar uma oportunidade de formular estratégias que minimizem a indisciplina em sala de aula.

A disciplina e a indisciplina em sala de aula são na atualidade um tema muito debatido pelos professores, técnicos, pais e até alunos, gestores escolares das escolas públicas. Muito se tem falado sobre a questão, porém poucas são as pesquisas realizadas. Portanto, a literatura existente não esgota o tema, deixa muito a investigar, havendo muito a ser questionado, em busca de respostas sobre o assunto.

Através das leituras realizadas, constatei que, há algumas décadas atrás, o problema da indisciplina escolar já preocupava alguns educadores. Pesquisas pedagógicas demonstram o quanto se perde de tempo em sala de aula com questões de indisciplina, em detrimento da interação do aluno com o conhecimento. Entretanto, observa-se que hoje a situação está bem mais grave.

Na atuação docente, o professor defronta-se sempre com problemas de indisciplina na escola, o que causa inquietação e desperta o desejo de buscar respostas que possam solucionar e/ou minimizar esse problema que é um grande desafio para os gestores escolares. A indisciplina em sala de aula e na escola é uma preocupação crescente entre os educadores. Diante da dificuldade de enfrentar o problema, alguns educadores reclamam, dizendo que isso sempre existiu e continuará a existir. Isto é lamentável, pois leva a uma situação de conformismo e comodismo do professor. Gestores Escolares têm o compromisso de intervenções pedagógicas criadas pelo coletivo, buscando soluções que qualifiquem o cotidiano

escolar. Como inquietação de problema dessa pesquisa: É possível diminuir a indisciplina através da participação dos Gestores Escolares de três turmas do terceiro ano do Ensino Fundamental da Escola X, do Município de Fortaleza?

Através dessa pesquisa, abordei a problemática da indisciplina em sala de aula no Ensino Fundamental de uma escola Municipal da Regional I de Fortaleza e tive como objetivos específicos: pesquisar o histórico da disciplina através do tempo, detectar as principais causas da indisciplina escolar, registrar a visão do professor em relação à problemática abordada e sugerir possíveis soluções, intervenções pedagógicas para amenizar a questão em pauta.

Vários fatores sociais influenciam e causam alterações no comportamento dos educandos. Almejei apontar as causas e as consequências da indisciplina e o que ela provoca no rendimento escolar. Pretendi resgatar a importância da família como entidade responsável pela formação psicológica e social da criança, levando a possíveis soluções juntamente com a comunidade escolar.

Entendo que a preocupação com a indisciplina é relevante e senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos, encontrando meios que possam facilitar a ação pedagógica do corpo docente, no que se refere a essa temática.

1 Objetivos

1.1 Geral

Investigar os motivos da indisciplina escolar estar se tornando um problema em constante agravância no contexto da Gestão Escolar.

1.2 Específicos

1 Investigar as possíveis causas da indisciplina escolar a partir das respostas dos alunos de três turmas da terceira série do Ensino Fundamental e de três professoras, no contexto da Gestão Escolar;

2 Verificar como o relacionamento professor-aluno pode influenciar na disciplina em sala de aula;

3 Analisar como a metodologia utilizada pode trazer vantagens para a problemática disciplinar e/ou indisciplinar;

4 Analisar como o acompanhamento familiar influencia na indisciplina e/ou disciplina escolar, no contexto da Gestão Escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Possíveis Causas da Indisciplina Escolar

Estudos recentes confirmam a estreita relação entre os resultados da aprendizagem dos alunos e a competência dos Gestores escolares. Percebe-se que é necessário que os atuais gestores escolares busquem por um fazer coletivo no enfrentamento e condução dos problemas/desafios de ensino e aprendizagem, induzindo o intercâmbio e a relação com a sociedade.

De acordo com esses pressupostos, LUCK (2000, p.16) afirma que: um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção de um ambiente e promoção da formação dos seus alunos.

É no contexto dessa materialização que emerge o conceito de gestão escolar, o qual ultrapassa o de administração escolar, por abranger uma série de concepções não abarcadas por este outro, podendo-se citar a democratização do processo de construção social da escola e a realização de seu trabalho, mediante a organização de seu projeto político-pedagógico, o compartilhamento do poder realizado pela tomada de decisões gestadas no coletivo.

A escola, hoje, enfrenta problemas sociais das mais diversas ordens, exigindo dos seus gestores ações criativas da organização do trabalho escolar, o qual supere a aplicação mecanicista e acrítica de teorias da administração.

A educação já não é vista como responsabilidade exclusiva da escola, como nos ensina Lück (2000, p.12):

A relação escola/sociedade tem envolvido um esforço especial de gestão, isto é, de organização da escola, assim como de articulação de seu talento, competência e energia humana, de recursos e processos com vistas à promoção de experiências de formação de seus alunos, capazes de transformá-los em cidadãos participativos da sociedade.(LÜCK, 2000, p.12).

Nesse contexto, o problema central de investigação desta pesquisa foi refletir sobre o problema da indisciplina/disciplina no contexto da Gestão escolar.

Para entender a problemática da indisciplina escolar se faz necessário compreender um pouco da realidade da sociedade, visto que existem fatores que influenciam neste processo. Muitos professores se consideram impotentes diante dos problemas, achando-se incapazes de resolvê-los, e dizem que a indisciplina nunca esteve tão intensa quanto agora. Observa-se que é um problema que vem surgindo desde a Educação Infantil. Anteriormente, constatava-se reclamações nas séries avançadas, ou seja, nas classes de adolescentes.

Diante desse quadro de perturbações, para um melhor desempenho educacional do professor em suas atividades, faz-se necessário levantar algumas possíveis causas da indisciplina escolar. Para isto, pergunto: Onde está o fator determinante desta indisciplina? Será que alguém é culpado por isso? Quem? Todos esses questionamentos se tornam inquietantes no processo educacional, tornando-se necessário fazer um levantamento dessas possíveis causas.

2.2 Função da Família

Observa-se hoje que uma das causas da indisciplina é atribuída ao aluno, especialmente à família. Nota-se que existem muitas famílias desestruturadas, desorientadas, deixando de exercer sua responsabilidade diante da educação dos filhos, introduzindo essa tarefa para a escola. Sabe-se que antigamente cabia à escola ensinar o aluno a ler e a escrever, pois vinham de casa com hábitos e comportamentos adquiridos. Atualmente, todas as responsabilidades foram deixadas para a escola e a mesma não está conseguindo êxito em sua função social ampliada.

2.3 A Disciplina na Escola

É necessário fazer uma análise retrospectiva em relação à escola de 30-40 anos atrás e a de hoje, procurando verificar o que mudou dentro dessas duas realidades históricas. Segundo VASCONCELOS (1995, p.25), há algumas décadas atrás, a educação era valorizada enquanto instrumento privilegiado de ascensão social. A remuneração era satisfatória para os professores, a formação do professor mais consciente, a escola e o professor eram fontes de informação, a clientela tinha afinidade com o saber ali transmitido: esses eram os aspectos gerais da educação.

Após algumas décadas, houve transformações na escola e no professor. Dentre as mais significativas pode-se citar: grande expansão quantitativa e diminuição na qualitativa; aumento do número de vagas no ensino fundamental e médio da rede pública; aumento de vagas em estabelecimentos particulares de ensino superior; má formação dos professores; rebaixamento do salário dos professores; entrada de especialistas nas escolas e condições precárias de trabalho. O professor a partir da década de 70 começou a ser mais crítico, mais participativo, porém não conseguiu mudar os problemas que surgiram; além disso, o mito da ascensão social adquirida através da escola X estudo X educação começou a perder credibilidade diante da sociedade, tornando-se a partir daí mais difícil para o professor controlar seus alunos, visto que estes não estão suficientemente motivados.

Sabe-se que estudantes trazem experiências as mais diversas no que se refere à conduta, conforme suas origens de famílias autoritárias ou democráticas, de lares bem construídos ou desorganizados. Os educadores por sua vez sofrem influências das novas teorias, novas doutrinas, contudo, a escola tradicional ainda deixa transparecer resquícios no que se refere ao tratamento dispensado aos alunos, exigindo deles o cumprimento de normas rígidas e inflexíveis, em alguns casos sem nenhum valor educativo, apenas corretivo. A esse respeito SCHIMIDT (1989, p.37) *et. alii.* posiciona-se afirmando que:

(...) Agindo como um elemento de transformação que proporcionará ao indivíduo maior autonomia, liberdade e senso crítico. Assim fazendo estará de forma muito pequena, mas estará provocando um princípio de modificações também na sociedade...(SCHIMIDT, 1989, p.37).

O processo participativo visa envolver todas as pessoas da instituição escolar na busca comum e na responsabilidade pelo todo da instituição. Daí a necessidade de se conviver com a comunidade, vivenciar seus problemas mais presentes, diagnosticando sua situação global para a proposta de um trabalho integrado e o mais eficiente possível.

Com base na ação integrada da escola, família e comunidade, chega-se à ideia de que com essa união ocorrerá a transformação do comportamento do educando, que sendo figura central no processo educativo, passará a atuar de modo ativo e frequente, passando a cooperar com maturidade e responsabilidade.

A sociedade atual mudou de rural para urbana, ocasionando um desenvolvimento industrial. Diante dessas mudanças, pode-se observar crise ética, concentração de renda, economia no investimento na especulação financeira, desemprego, subemprego, economia baseada na produção de bens de não primeira necessidade, gastos elevados com propaganda e meios de comunicação etc. Esse processo de consumismo leva a sociedade a tornar-se mais agressiva e violenta, visto que a concentração de renda e o consumismo influem diretamente no convívio familiar.

A vida atual exige que os pais trabalhem mais para sobreviverem e aumentarem a renda familiar. Com isso, os pais diminuem o tempo necessário para acompanharem o desenvolvimento dos filhos na escola, pois o acelerado ritmo de trabalho os impede de ter uma relação dialógica satisfatória com a escola e o professor. Isso deixa o aluno desorientado e gera problemas de indisciplina em sala de aula, pois quem manda no adolescente não é mais o pai, nem o professor, mas o mercado de consumo.

Diante desse quadro, Vasconcelos (op.cit.:28) postula que os professores fazem a opção de ou manter a disciplina custe o que custar, recorrendo à coerção como penalidade, principalmente utilizando para isso a nota, ou deixar ficar como está para ver como é que fica.

A instituição escola possui hoje resultados insatisfatórios, com altas taxas de evasão e repetência, demonstrando que os que nela conseguem entrar não conseguem aprender, ou não conseguem permanecer.

Aquino (1996, p.54) postula que a guinada na compreensão e no manejo disciplinares requer uma conduta dialógica por parte do educador, uma negociação constante, flexibilizando as delegações institucionais e as formas relacionais.

Essa pesquisa destinou-se à interpretação da questão e diagnóstico da relação professor-aluno-instituição escola, no intuito de buscar soluções para amenizar os problemas de indisciplina gerados pelas mudanças sociais.

Nessa pesquisa, a educação assume significado amplo. Trata-se da educação do homem e não apenas da pessoa em situação escolar, numa instituição de ensino. Trata-se da educação centrada na pessoa, já que essa abordagem é caracterizada pelo primado do sujeito. No ensino, será o “ensino centrado no aluno”. Sabe-se que o processo da educação centrada no sujeito leva à valorização da busca progressiva de autonomia. A escola decorrente de tal posicionamento deve ser uma escola que respeita a criança tal qual é, e que oferece condições para que ela se desenvolva em seu processo de vir-a-ser..

Como decorrente das proposições rogerianas sobre o homem e o mundo, está um ensino centrado na pessoa (primado do sujeito), o que implica técnicas de dirigir sem dirigir, ou seja, dirigir a pessoa à sua própria experiência para que, dessa forma, ela possa estruturar-se e agir.

O professor, nessa abordagem, assume a função de facilitador da aprendizagem, autêntico e integrado. Isso igualmente implica que o professor deva aceitar o aluno tal como é e compreender os sentimentos que ele possui, propiciando um clima favorável para a aprendizagem. Todas essas condições implicam habilidades e um saber ser e ajudar que são passíveis de treinamento. As atitudes podem ser implementadas pela prática. O aluno deve ser compreendido como um ser que se autodesenvolve e cujo processo de aprendizagem deve-se facilitar.

A característica básica dessa abordagem, no que se refere ao que ocorre em sala de aula, é a ênfase atribuída à relação pedagógica e ao clima favorável ao desenvolvimento das pessoas, que possibilite liberdade para aprender. Isso é decorrência de uma atitude de respeito incondicional pela pessoa do outro, considerada como capaz de autodirigir.

Apesar de criticar a transmissão de conteúdos, essa proposta não defende a supressão do fornecimento de informações. Estas, no entanto, devem ser significativas para os alunos e percebidas como mutáveis. A pesquisa dos conteúdos será feita pelos alunos, que deverão, por sua vez, ser capazes de criticá-los, aperfeiçoá-los ou até mesmo de substituí-los. Ajudar o aluno a encontrar o que tem em si mesmo, sem tentar pré-formá-lo de antemão. Ajudar cada aluno a descobrir a sua própria identidade profunda. Matéria prima individualizada em sua constituição, temperamento, biologia, composição química e processos endócrinos. Cada um vem com marcas diferentes. Descobrir o que cada aluno tem de único e de comum.

A teoria de Maslow (1968) possibilita-nos a olhar a pessoa como um todo cuja necessidades físicas, emocionais e intelectuais estão todas interrelacionadas e esta importante constatação tem implicações para educação. Os alunos que chegam à escola famintos, doentes, machucados, traumatizados ou expostos à violência, não estão motivados a buscarem conhecimento e entendimento. Uma criança cujos sentimentos de segurança e senso de pertencer estão ameaçados por divórcios ou separações podem sentir desinteresse em aprender a dividir frações. Se a sala de aula é um lugar assustador e imprevisível e os alunos raramente sabem onde se situarem, eles se sentirão inseguros e bloqueados na aprendizagem. A hierarquia de Maslow pode oferecer outros *insights* no comportamento dos alunos. Os desejos dos alunos de satisfazerem necessidades de nível mais baixo podem, às vezes, entrar em conflito com o desejo do professor de fazê-los atingir objetivos de nível mais alto. Pertencer a um grupo social e manter a autoestima dentro do grupo são valores importantes para os alunos. Se fizerem o que o professor solicita entram em conflito com as regras do grupo; os alunos podem preferir ignorar os desejos do professor ou até desafiá-lo. Este é um caminho de muitas possibilidades e inúmeras significações.

Aborda-se muito ainda o construtivismo, cujo representante maior é Piaget. Também destacam-se Vygotsky e Wallon que valorizaram experiências educacionais interacionistas, dando uma grande importância aos fatores ligados ao meio social e às emoções. Porém, observa-se que muitos professores ainda não perceberam a importância real do construtivismo, havendo muita confusão de posturas, pois alguns ainda continuam centrando a educação no sujeito apenas.

Para Parrat-Dayan (2008, p.69), se levarmos em conta o desenvolvimento moral da criança e se adotarmos o enfoque construtivista, é possível imaginar uma escola onde o problema da indisciplina diminua fortemente:

Se quisermos combater a indisciplina, é importante que na sala de aula possam ser discutidos, de maneira democrática, não apenas os conteúdos escolares, mas também as regras de convivência. Isto implica que as regras podem ser criadas, negociadas e renegociadas. E implica também permitir que os alunos falem, pois isso mostra uma disposição em acreditar que eles são capazes de cooperar e se respeitar uns aos outros, e, ainda, que o professor pode respeitar seus alunos. Só uma escola democrática poderá educar para cooperação e o respeito mútuo (PARRAT-DAYAN, 2008, p.69).

2.4 BULLYING ESCOLAR

Os estudos sobre esse assunto tiveram início na década de 1970 na Suécia e na Dinamarca. Na década de 1980, expandiu-se pela Europa, chegando ao Brasil no início de 2000. Muitos dos suicídios cometidos por crianças e adolescentes tiveram como causas os maus-tratos praticados por parte dos companheiros de escola. As ações que podem ser identificadas como atos de *bullying* são: apelidar, humilhar, constranger, discriminar, machucar, ofender, agredir verbalmente, ignorar, furtar, difamar, ameaçar, perseguir, chantagear, implicar. O *bullying* já alcançou até a internet, através dos *sites* de relacionamento e dos celulares utilizados pelas crianças e adolescentes.

Essas ações podem causar traumas psicológicos irreparáveis às vítimas, comprometendo seu desenvolvimento emocional e intelectual. O *bullying* homofóbico é um dos que ocorrem com mais frequência nas escolas. Também os professores

são vítimas desses ataques, sendo ridicularizados por seus alunos e até mesmo por seus colegas. No Brasil, FANTE e PEDRA (2008, p. 44) realizaram uma pesquisa que mostrou que dentre 600 professores pesquisados, 50% deles foram alvo de *bullying*. Isso ocorre muito mais vezes do que podemos imaginar. A maior consequência para a saúde das vítimas é o alto índice de estresse, que é responsável por inúmeras doenças.

O aumento crescente da agressividade da sociedade leva às mudanças comportamentais que influenciam o modo de ser e de viver dos indivíduos. Podemos observar o aumento da desigualdade social, a busca por padrões de beleza inalcançáveis pela maioria das pessoas, o consumismo, a falta de oportunidades iguais de ascensão social. A carência afetiva e a falta de limites, características marcantes dos adolescentes na atualidade, são algumas das causas que levam à prática do *bullying*.

A escola reflete o que acontece na sociedade, portanto, o ambiente agressivo e hostil faz com que crianças e adolescentes tentem se defender como podem dessa realidade de conflitos e violência que estão impregnadas no ambiente escolar. Muitos professores compreendem certos atos de autodefesa como indisciplina. Foi observada, durante a pesquisa nessa escola, a retirada de alunos de sala de aula por trocas de apelidos ou violência física, sendo todos os participantes do ato de *bullying* punidos; em alguns casos, sem haver uma separação entre vítimas e algozes, resultando em transferência dos alunos de estabelecimento de ensino.

Observa-se que um trabalho profundo deve ser feito para eliminar das escolas essa prática criminosa do *bullying* que tanto atrapalha na performance dos alunos e professores, sendo uma das principais causas da indisciplina nos dias de hoje.

Estudos psicológicos comprovam que, ao sofrerem violência psicológica classificada como *bullying*, tanto as crianças como os adultos, sozinhos, não têm como se defenderem. Professores, gestores, afirmam que, em geral, os colegas, embora aleguem repudiar esse tipo de violência psicológica e sentirem pena, declaram que nada podem fazer para defenderem alguém, com medo de serem a próxima vítima.

Muitas crianças e adolescentes vítimas de *bullying* desenvolvem medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos, criando fobia da escola quando esta nada fez em defesa da vítima. A fobia escolar geralmente tem como causa algum tipo de violência psicológica.

As crianças ou adolescentes vítimas de *bullying* são as que mais sofrem com a rejeição, isolamento, humilhação, a tal ponto de se verem impedidas de se relacionarem com quem desejam, de brincarem livremente, de fazerem as atividades na escola em grupo, porque os mais fortes e intolerantes lhe impõem sofrimento, ansiedade, depressão, entre outros sintomas.

A violência psicológica se caracteriza também por impor à vítima o silêncio, isto é, ela não pode denunciar à direção da escola nem aos pais, sob pena de piorar sua condição de discriminada. Pais e professores só ficam sabendo do problema através dos efeitos e danos causados, como a resistência em voltar à escola, queda no aproveitamento escolar, retraimento, depressão, distúrbios psicossomáticos, fobias, etc.

Nos diferentes espaços universitários não são raros os casos de graduandos, mestrandos e doutorandos, no decorrer de sua pesquisa, serem vítimas de várias formas de pressão psicológica, *normais*, como os prazos de entrega dos trabalhos, falta de dinheiro para continuar a pesquisa, falta de apoio do orientador, familiares, colegas e amigos. E, *anormais*, como o assédio moral, *bullying*, etc. O *bullying* tem o poder de levar o pesquisador ao travamento de sua produção intelectual, além de causar danos à sua existência cotidiana.

Há casos de suicídio de pessoas que não suportaram tamanha pressão psicológica advindas do *bullying*. Nos casos de *bullying*, a vítima se sente condenada à 'inexistência', ou à 'invisibilidade', isto é levado a cabo por um grupo que combina entre si ignorar um colega, fazer de conta que ele não existe, desqualificá-lo na sua

competência intelectual, ou rejeitar um pedido seu, etc. Algumas vezes, esse tipo de vítima passa a sofrer tão baixa autoestima, autoconceito e autoimagem que nem sequer tem forças para desabafar com alguém.

Por outro lado, existem casos em que a vítima aprende a conviver com a situação se tornando uma voluntária servil do dominador. Alguns pesquisadores chamam de resiliência a capacidade de aprender a superar as adversidades vividas durante o desenvolvimento.

A ABRAPIA vem preocupando-se com as vítimas de *bullying*, isto é, pessoas cujo sofrimento é causado por diversas formas de violência, tais como a violência física, violência sexual, negligência, síndrome do bebê sacudido (Shaken Baby Syndrome), e síndrome de Münchhausen. A Associação vem realizando pesquisas e desenvolvendo medidas sócio-educativas para evitar o agravamento dessas situações principalmente em creches e escolas. Diria Avilés (2007) que o *bullying* é um fenômeno 'multicausado'. São muitos âmbitos implicados para a formação de um alvo ou autor de *bullying*.

As explicações para o fenômeno do *bullying* atualmente parecem concordar com aquelas que discutem, sem dúvida, a violência em geral: não são causas sociais, culturais, ou econômicas isoladas. Por certo, podem ser encontrados casos de *bullying* em diferentes ambientes, seja entre pobres ou ricos, culto ou incultos.

A Constituição Federal, no artigo 129 do Código Penal Brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Convenção sobre os Direitos da Criança, trazem para a cultura jurídica brasileira a concepção de que a criança, na sua condição especial de desenvolvimento, é sujeito de direitos, cuja necessidade fomenta a doutrina da proteção integral. Os avanços já alcançados não têm sido eficazes para fulminar com uma cultura que admite, em vários níveis, o uso da violência contra a criança, que, no âmbito doméstico, se manifesta por maus tratos físicos, abuso sexual, agressões psicológicas, podendo inclusive ser causa da mortalidade infantil

A violência psicológica, também chamada de "tortura psicológica" (MINAYO, 2002), consiste em uma agressão não-física, num tratamento desumano que assume várias formas de manifestação, como a rejeição, a depreciação, a indiferença, a discriminação e o desrespeito. "É a violência que humilha, que menospreza, que fere moralmente, que faz com que a autoestima da criança seja abalada; que ameaça, que mete medo, que tortura, que priva deliberadamente do afeto" (ALBERTON, 2005). É um processo silencioso, que progride sem ser identificado, mas que deixa marcas profundas em todos os envolvidos. Pela sua característica, a violência psicológica intrafamiliar geralmente evolui e eclode na forma da violência física, mas em muitos casos, mesmo sem produzir reflexos visíveis, as sequelas emocionais são bem mais significativas que as físicas. Nas lesões psíquicas, assim como nas físicas, se requer o emprego de meios violentos, que além do dano físico também originam dano psíquico. Deve-se ponderar ainda outros meios de violência, que mesmo sem o emprego da força, podem incidir sobre a saúde mental.

Os professores, gestores educacionais e autoridades têm o dever de saberem que a lesão psíquica, que é provocada pela violência psicológica contra a criança, adolescente, no âmbito doméstico, escolar, social, em especial o da violência psicológica, configura uma grave agressão à saúde psíquica, de grande relevância social, afetiva, moral, espiritual e jurídica.

A violência psicológica infligida à criança ataca interesses vitais em relação à integridade física e saúde mental da mesma. A falta de amor, de afeto, de equilíbrio emocional das pessoas que deveriam amar as crianças e adolescente ocasiona a violação, que pode caracterizar um crime de lesão corporal com intervenção penal.

Vale destacar que toda criança precisa ser saudável, flexível, energética, brincalhona, enfim uma criança ativa e feliz, que consome sua energia quando feliz, que dorme quando sente sono, que come e bebe quando tem fome e sede, que respeita seus limites.

A partir da infância feliz, teremos adolescentes, adultos e idosos mais felizes e com “integridade do Ego” e conseqüentemente um mundo melhor, onde os valores defendidos por Gardner: “O Bom, o Belo e o Verdadeiro”, sejam resgatadas, vivenciadas e valorizadas por todos.

Faz-se necessário refletirmos sobre a necessidade da educação em todos os contextos e lutarmos por uma sociedade igualitária, respeitando a legislação, especialmente nesse caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na teoria de PIAGET entre outros, foram registrados os sentimentos de justiça no contexto escolar.

Piaget (1932/1977) teve um papel pioneiro nas pesquisas sobre representações de justiça nas crianças. Utilizava diversas histórias e perguntas às crianças para que pensassem sobre justiça e injustiça. Piaget (1932/1977) comprovou diferentes tipos de noções de justiça: justiça iminente, legal, retributiva, distributiva e social, que aparecem em diferentes momentos do desenvolvimento cognitivo. Essas formas de justiça diferem quanto à complexidade de julgamento requerido em função das relações feitas, por meio de operações mentais implicando uma crescente descentração cognitiva e no tipo de moral que as organizam: a) Heterônoma - baseada na obediência às autoridades e b) Autônoma – baseada nas relações de cooperação e reciprocidade entre os indivíduos. Na justiça retributiva, por exemplo, que se refere às sanções ou recompensas atribuídas aos atos, as crianças julgam, de modo individualizado, a relação entre o ato cometido e a sanção atribuída, considerando se houve uma consequência ao ato cometido e se essa consequência foi proporcional ao ato cometido. As crianças pequenas têm uma tendência em considerar as punições como automáticas nos casos das infrações (justiça iminente), confundindo injustiça com a realização de uma infração (injustiça legal); são muito severas quanto à forma de punição e, normalmente, consideram a atribuição de punição de punições pela autoridade como correta. A justiça distributiva, para Piaget (1932/1977), aparece mais tarde no desenvolvimento moral; nela, as crianças percebem as relações de igualdade ou equidade no tratamento dos indivíduos e nas

formas da atribuição de direitos, deveres ou partilha de bens; o que exige pensar num universo maior de sujeitos e os comparar em relação a inúmeros critérios.

Kohlberg (1992), continuando os estudos de desenvolvimento moral de Piaget, identificou diferentes estágios de julgamento moral e de modos de pensar a justiça. Os estágios pré-convencional, convencional e pós-convencional; ele pesquisou a evolução de formas de justiça utilizadas em cada etapa, cada vez mais complexas. Ele evidenciou, por exemplo, a presença mais acentuada da justiça processual no estágio pós-convencional; segundo a qual os modos de se fazer a justiça e as ações utilizadas para construir o julgamento são mais importantes que seus resultados.

A partir da segunda metade do século XX, no contexto de luta pelos Direitos Humanos, intensificam-se também as lutas pelo direito da criança. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a II Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, e a Convenção sobre os Direitos da Criança, ocorrida no ano de 1989, ratificada pelo Brasil em 1990, são exemplos de Declarações e Convenções que consolidam a chamada Doutrina da Proteção Integral e o conceito da criança como sendo sujeito de direito (GOMES, 2007).

No Brasil, foi a Constituição de 1988 o documento que consolidou juridicamente esses princípios. O artigo 227 define os pressupostos dessa doutrina:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998, p.148).

Além da Constituição, a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - também teve um papel fundamental, especificando diversos aspectos da Doutrina da Proteção Integral, sendo o dispositivo legal que potencializou a criação de diferentes órgãos a serem encarregados da operacionalização da lei, como os Conselhos Tutelares, os Juizados da Infância e Juventude e as Delegacias especializadas, o que denominamos de Rede de Proteção à Criança e ao

Adolescente (BRASIL, 2005). Por meio dela é que, atualmente, realiza-se o enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Kohlberg (1992) ressalta que as características que compõem uma identidade, ou seja, as características que atribuímos a nós mesmos e ao outro são todas valores. Cada um de nós tem, portanto, um conjunto de valores pessoais que podem traduzir as experiências presentes e passadas bem como aquelas às quais aspiramos. São esses valores que estarão presentes na personalidade de cada um.

Outros estudos tentaram verificar a hipótese de que há uma ligação entre o modo de educação familiar e suas conseqüências para a socialização e, possivelmente, à conservação de valores. Numa investigação com adolescentes, Steinberg et al. (1994) pedem para que estes caracterizem a conduta de seus pais. A partir das respostas, categoriza-as em três modelos: pais emancipadores, pais autoritários e pais indulgentes. Os resultados a que tais autores chegaram foram: aqueles que caracterizaram seus pais como emancipadores dão respostas que permitem inferir certa confiança em si mesmos, contrariamente àqueles que descreveram seus pais como autoritários (são aqueles que obedecem e são confinados à conformidade). Interessantemente, os adolescentes cujos pais são considerados indulgentes parecem apresentar um sentimento de elevada confiança em si, mas são exatamente aqueles cujas respostas revelam que mais se envolvem em consumo de drogas e comportamentos considerados ruins à escola (TOGNETTA, 2006). Devemos investir na prevenção através do afeto, da criação de redes de proteção, da sensibilização de toda sociedade, de medidas socioeducativas eficientes a fim de minimizar os problemas existentes e resgatar a cidadania de todos.

2.5 Conceito de Letramento e Implicações na disciplina e indisciplina dos Discentes

Conceitualmente, o letramento refere-se a um *continuum* entre as práticas e habilidades envolvidas na leitura e na escrita, cujo desenvolvimento é diferenciado em relação a fatores como idade, sexo, educação e suas implicações no comportamento simbólico da linguagem. Letramento envolve um conjunto que vai

desde práticas, habilidades e conhecimentos individuais, passa por práticas sociais e competências funcionais, chegando até a valores ideológicos e metas políticas. Uma única definição conceitual a respeito é quase impossível, pois, o termo não é estático, está em constante mutação, conforme a evolução social e dos meios que levam ao letramento.

Letramento é a alfabetização em sentido lato, ou seja, ela não se esgota no primeiro ano de estudo, mas envolve uma aprendizagem permanente, quer por via formal ou informal. Ser letrado dota as pessoas de formas de pensamento superiores, dando-lhes poder. Os letrados são vistos como indivíduos dotados de senso estético. Nessa concepção, valoriza-se os aspectos formais e poéticos da linguagem. Aqui, a verdadeira linguagem é a escrita. É o que ocorre na escola, onde o foco são as formas de expressão gramaticalmente corretas.

Segundo Cunningham (2000, p.64), o letramento é visto de três maneiras: a) a habilidade de se engajar em alguns aspectos de ler e escrever; b) contextualização e c) nível mínimo de proficiência. Esses aspectos estão mudando, transformando o conceito de letramento.

Many (2000, p.65) define a atividade do letramento como “fazendo sentido do mundo”. A autora coloca que, em 1800, o letramento era visto como “ser capaz de reconhecer e pronunciar palavras”; em 1920, dos estudantes de literatura esperava-se que “lessem silenciosamente e fossem aptos a responder questões de compreensão”. Hoje, os estudantes devem fazer inferências no texto como sinal de letramento. Eles precisam ser mais críticos e conscientes do que usam para construir significado.

A televisão aliada ao computador estão acelerando as mudanças no letramento, sendo o segundo uma ferramenta essencial à educação, pois, através da Internet, a escola está atuando ligada à rede de informações mais completa e atualizada do planeta. A importância da linguagem audiovisual é indiscutível, principalmente se a relacionarmos ao letramento. A interação do audiovisual e da linguagem escrita nas produções televisivas influenciam no desenvolvimento do letramento do indivíduo.

Hoje as crianças precisam ser mais preparadas, não só através de livros. A Internet faz com que os professores redefinam sua compreensão de letramento nos currículos escolares. Os professores devem incluir a Internet nas suas práticas pedagógicas, não deixando essa tarefa para os instrutores da área tecnológica, ou seja, não devem passar essa tarefa para o professor de computação, e sim utilizar em suas aulas com instruções, visando ao letramento de seus alunos.

Observa-se que o governo federal brasileiro está devotando uma nova atenção ao seu sistema educacional em resposta à competição econômica globalizada na era da informação. Ele procura assegurar que nossas crianças estejam adequadamente preparadas para o futuro, através da implantação da informatização.

As pessoas necessitam hoje não só de aprenderem a ler e a escrever, mas também de compreenderem e usarem as múltiplas formas de comunicação, incluindo filmes, televisão, música, artes gráficas e programas de computador e redes. É preciso que elas desenvolvam múltiplos letramentos, para que possam ser bem sucedidas e críticas participantes da sociedade.

A tecnologia é responsável pela mudança na maneira dos seres humanos privilegiados verem o letramento. Crianças de classe média têm mais acesso à informação na escola e tendem a serem privilegiadas, porque têm mais facilidade de acesso às tecnologias em casa. O mais preocupante de tudo isso é que os computadores e o acesso ao telefone parecem um luxo para as famílias pobres e escolas de distritos pobres brasileiros, que ainda não possuem *internet*, concluindo-se que crianças pobres estão relegadas a serem menos informadas. Este é o caso de milhões de estudantes no mundo. Durante a pesquisa, observei que na escola onde realizei o estudo não havia sala de informática, logo, os alunos não têm acesso a essa fundamental tecnologia e instrumento educacional.

A elite letrada do século XXI é composta de falantes de inglês que usam a tecnologia com facilidade. É provável que o inglês continue a ser uma língua colonizadora. Portanto, a disparidade no acesso e o parâmetro do que constitui o letramento crescerão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ao invés de eliminar os problemas de letramento, a tecnologia cria uma distância maior entre os estudantes, assegurando que os professores deverão resolvê-los, e que serão também acusados de serem responsáveis pelas falhas no desenvolvimento do letramento dos seus alunos. Tornar-se-á mais difícil assegurar que os estudantes adquiram as habilidades de letramento necessárias a participar do crescente competitivo mercado da informação.

Muitas escolas ainda não possuem salas de informática para seus alunos. As aulas, portanto, são normalmente expositivas. Os alunos têm dificuldades para realizarem pesquisas. Isso diminui as chances do alunado das escolas públicas de se prepararem em condições equitativas ao alunado das escolas particulares, que dispõem de mais recursos tecnológicos

O aluno do século XXI necessita de estímulos para permanecer na escola com sucesso. As aulas meramente expositivas são cansativas e o aluno acaba disperso. Com isso, as conversas paralelas, que muitas vezes nada têm em comum com o assunto da aula, tornam-se constantes, atrapalhando a aula do professor, gerando indisciplina e desinteresse. A ausência de utilização das novas tecnologias é uma das causas da indisciplina e da falta de perspectiva de futuro.

2.6 Formação Docente

Segundo PIMENTA (1995, p.97), a escola normal se expandiu a partir do século XX com o surgimento do modo de produção capitalista, porque os operários necessitavam de um mínimo de escolaridade para poderem operar com as máquinas. Percebe-se, no entanto, que a expansão da escola normal se impõe quantitativamente.

As finalidades determinadas pela lei orgânica do Ensino Normal – Decreto-lei nº 8.530 de 02/01/1946 são definidas como sendo:

- Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
- Habilitar administradores escolares destinados às escolas;
- Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação na infância.

A escola normal que se ampliou a partir da década de 30, e que foi regulamentada em nível nacional pela lei orgânica, composta de decretos-lei que foram elaborados por uma comissão presidida por Gustavo Capanema e outorgados pelo Presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo e José Linhares, durante o Governo Provisório, cumpriu basicamente a finalidade de preparar o professor para atuar no ensino primário de então: seletivo e elitista. Refletindo a contradição das estruturas do poder existentes, o sistema de ensino de um lado fundava-se nos princípios do populismo nacionalista e de outro, vivia o retrocesso da educação classista voltada para a preparação de lideranças, mantendo em seu conteúdo o cunho literário acadêmico.

Observa-se, entretanto, que a escola que se expandiu foi a profissionalizante ou semidestinada às classes desfavorecidas. A burguesia cursava o ensino secundário e as mulheres dessa classe cursavam a escola normal, menos para se profissionalizarem e mais para se prepararem para o seu destino social de mães de família e esposas. Assim, o currículo e conteúdos dessa escola normal estavam voltados para essa finalidade. Somente parte dessas mulheres, que não conseguissem, porventura, se casar, é que seriam professoras – profissão digna, socialmente falando, que requeria vocação, abnegação e carinho para trabalhar com as crianças. Uma profissão na qual o salário pouco ou nada contava, uma vez que ser professora era quase uma extensão do lar.

Hoje, ser professor no Brasil é estender as atividades do lar, mas ter uma profissão que garanta a sobrevivência. Infelizmente, ser professor no nosso país é sofrer a degradação de se ter uma profissão digna com salários injustos, pois o professor é mal remunerado, não é reconhecido e nem valorizado socialmente. Isso

pode ser observado nas constantes greves deflagradas pela categoria que não está tendo suas reivindicações atendidas a contento, o que gera grande insatisfação, prejudicando consideravelmente a aprendizagem dos alunos das escolas públicas.

As pesquisas atuais desenvolvidas têm viabilizado a compreensão sobre a professoralidade (PEREIRA, 2002; OLIVEIRA, 2003; BOLZAN e ISAIA 2005, 2006) relacionada aos movimentos de transformação do sujeito-professor ao longo de sua trajetória de formação, dizendo respeito às ações e operações realizadas pelo professor, considerando:

não só o domínio de conhecimentos, de saberes, de fazeres de determinado campo, mas também a sensibilidade do docente como pessoa e profissional em termos de atitude e valores, tendo a reflexão como componente intrínseco ao processo de ensinar, de aprender, de formar-se e, conseqüentemente, desenvolver-se profissionalmente (BOLZAN e ISAIA, 2006, p.20).

Trata-se do processo de se por *em condições de* (Ferry, 2004) consistindo em alternativas que o sujeito encontra para cumprir certas atividades para exercer um ofício, uma profissão, um trabalho, afastando-se da concepção de formação como algo a ser consumido, vindo de fora, externo ao sujeito, pois, o sujeito se forma por seus próprios meios.

Percebe-se a constituição de uma atividade docente de estudo a qual consiste no envolvimento com o fazer da docência e, principalmente, a motivação dos sujeitos na busca da qualificação como estratégia capaz de colaborar para o avanço do trabalho pedagógico, para intervenções criadas no coletivo dos Gestores Escolares, em especial para o nosso estudo o problema da indisciplina na sala de aula.

O professor necessita de um exercício reflexivo que ultrapassa pensar sobre o acontecido, exigindo, na verdade, uma postura balizada pela análise metódica, exigindo uma postura investigativa, crítica e auto-crítica (SCHÖN, 1992, 2000), a qual busca teorizar a experiência a partir de referenciais que dêem conta da compreensão sobre os elementos envolvidos na ação docente, a metodologia utilizada, as relações interpessoais, a sensibilidade da utilização do diálogo como fundamento nas soluções dos problemas disciplinares.

Esta competência é favorecida na medida em que diferentes mediações compõem sua dinâmica. Ferry (2004) esclarece que na dinâmica formativa, as mediações não acontecem somente a partir dos mediadores humanos, elas são variadas, e diversas: “Las mediaciones lo son también las lecturas, las circunstancias, los accidentes de la vida, la relación com los otros (...) éstas são mediaciones que posibilitam la formación”. (p.55).

Percebe-se que a formação do professor culmina na tomada de consciência do papel docente e de sua atividade de estudo. Assim, o professor passa a questionar as suas ações e a organização do trabalho pedagógico. Esse processo implica uma série de movimentos que perpassam a profissão, consistindo no envolvimento com o fazer da docência e, proporciona a mobilização dos sujeitos na busca da qualificação como estratégia capaz de colaborar para o avanço do trabalho pedagógico, no nosso caso, as soluções para o problema da indisciplina, no contexto da Gestão Escolar.

A sociedade brasileira do século XX encontrava-se em franco processo de urbanização industrial, com bolsões de capitalismo avançado. Tradicionalmente feminino, o trabalho da professora, antes visto como uma concessão à emancipação feminina vai gradativamente sofrendo pressões características da classe média assalariada; já não é mais luxo a mulher trabalhar fora; o trabalho da professora traz uma vantagem que é permitir a conciliação com o trabalho de casa; se antes ela podia, por isso, trabalhar um período, agora ela pode e precisa trabalhar dois ou três.

Segundo FRANCHI (1995, p.20):

A sobrecarga de trabalho dos professores em busca de compensarem seus baixos salários traz como conseqüência a falta de amadurecimento das experiências dos mesmos, pois falta-lhes tempo para prepararem suas aulas, para realizarem estudos, para uma implementação inteligente e competente dos conteúdos e das práticas dos processos de qualificação que lhes são proporcionados bem ou mal.

Temos assim uma situação que se reflete de modo penoso na autoimagem do professor que passa a ser apenas um trabalhador fragmentado em vários locais de trabalho, mal pago, isolado na sala de aula, estafado pela duplicação de empregos e submetidos a uma alta rotatividade no trabalho.

Enquanto governantes não considerarem a relevância das peculiaridades do trabalho do professor, que além de trabalharem na escola, levam trabalho para casa por falta de tempo e espaço na escola para a realização de pesquisas, elaboração de atividades; teremos um professor fragmentado, acabado, sobrevivendo apenas ao exercício docente. Índices de produtividade não são avaliados, embora sejam esses aspectos que justificam a crítica generalizada à baixa qualificação e ao pequeno espírito profissional do professor. Enfim, a promoção por antiguidade é feita unicamente segundo regras burocráticas; a ascensão profissional não leva em conta nenhum processo coletivo de avaliação do trabalho desenvolvido.

Conclui-se que cabe ao professor esperar o tempo passar para ser promovido, não precisando este se preocupar em fazer coisas novas, melhorar suas aulas, pois o reconhecimento da antiguidade do professor e qualificação através de cursos suprem toda a forma de incentivo e reformulação do trabalho docente.

Atualmente, a lei do Piso Salarial veio a minimizar a problemática dos baixos salários e da falta de tempo para planejar as aulas. Porém, muitos estados e municípios ainda não cumpriram a lei, portanto, ainda não podemos afirmar se essa lei poderá transformar a realidade do professor. A redução da carga horária que se estendia aos Sábados já foi uma atenuante à exaustiva jornada de trabalho do professor.

Observou-se que a insatisfação dos professores com a profissão ainda permanece grande, o que é também uma causa para a indisciplina, já que a insatisfação gera indiferença. A falta de reconhecimento do trabalho prestado também, já que tanto faz produzir um trabalho ótimo ou não, a valorização é sempre a mesma.

A falta de apoio de técnicos, tais como: psicólogos, psicopedagogos, neurologistas e psiquiatras faz com que o professor se sinta impotente e solitário diante de tantos problemas e desafios que ocorrem no dia a dia das escolas públicas. A Academia não prepara os profissionais da educação para lidarem com as situações que os mesmos enfrentarão nas escolas públicas, que possuem suas peculiaridades. Os professores não são instruídos a como contornarem problemas de violência, uso

de drogas, a lidarem com os alunos especiais, enfim, a resolverem os conflitos que ocorrem no cotidiano escolar. Os professores são expostos ao embasamento teórico, porém a prática fica a desejar nos cursos de licenciatura. A falta de habilidade no trato com as crianças e adolescentes é um fato gerador da indisciplina.

Uma atualização do currículo das Universidades seria muito proveitosa. A inclusão de mais cadeiras que abordem a psicologia infantil e do adolescente, a educação inclusiva, os direitos humanos, a diversidade, a saúde e as relações humanas, fariam uma diferença qualitativa notável na aprendizagem escolar.

A figura do professor tem sido entendida de diferentes formas na história da educação brasileira. A imagem do educador autocrático, que sabe transmitir conhecimentos, tem caracterizado a escola tradicional até os dias atuais.

Com a complexidade dos dias de hoje e principalmente com a instalação do capitalismo como doutrina econômica do século XX, a figura do educador sofreu e permanece sofrendo algumas transformações. Passou a ser alguém que expressa uma doutrina pedagógica que implícita ou explicitamente se baseia numa filosofia de vida, numa concepção de homem e sociedade.

Como se trata de uma atividade pouco valorizada e mal remunerada, a profissão de professor exige que o mesmo multiplique suas horas de trabalho, sem condições de aperfeiçoar seus conhecimentos, nem planejar aulas, ele se acomodou em apenas transmitir conhecimentos sem avaliar a importância do que transmite.

Para efetivar um trabalho escolar participativo, é preciso vencer todas essas dificuldades e falhas, para transformar-se num agente de inovação, tirando o dominado de sua inércia, contribuindo assim para a transformação de um ser humano que seja capaz de lutar por sua dignidade.

Com base na ação integrada da escola, família, comunidade, chega-se a seguinte ideia, de que com essa união ocorrerá a transformação do comportamento do educando, que sendo a figura central do processo educativo, passará a atuar de modo ativo e frequente, passando a cooperar com maturidade e responsabilidade, dialogando

com todos, abrindo espaço para a construção de regras de convivência gestadas no coletivo. Com a mudança de postura do professor, o mesmo contribuirá para melhorar a disciplina em sala de aula, pois, se sentirá mais valorizado em sua ação e participação.

2.7 Relacionamento Professor-Aluno

Para tratar-se da problemática disciplinar é preciso compreendê-la, saber do surgimento dos fatores que a acarretaram, tanto em sala de aula quanto na escola ou sociedade.

Segundo CLARO (1995, p. 20):

(...) a relação professor-aluno, como todas as formas de relacionamentos existentes não é linear, existindo sempre os momentos de amor e ódio, aceitação e rejeição, admiração e desilusão, trata-se pois de um relacionamento contraditório que a vida escolar não consegue suprimir (CLARO, 1995, p. 25).

Conseguir a disciplina em sala de aula tem sido um dos problemas cruciais enfrentados atualmente pelos professores. Segundo estes, a situação em sala de aula nunca esteve tão difícil quanto agora. São muitos os conflitos envolvendo violência verbal e física, fatos que já ganham destaque e geram debates na mídia televisiva.

Observo no dia a dia das escolas que, para alguns professores, a disciplina corresponde à adequação à sociedade existente; significa, pois, domesticação, resignação à exploração etc. Se o professor pensa em simplesmente conseguir o silêncio de seus alunos para poder falar, está tendo uma visão muito estreita de disciplina; ele pode até conseguir na sua presença que os alunos fiquem quietos, mas esta postura dos alunos se esvai na ausência dele. Este tipo de professor não está preocupado com o futuro do educando, mas, em apenas sobreviver enquanto instituição ou educador.

De acordo com VASCONCELOS (1995, p. 44)

A educação no seu verdadeiro sentido não se faz sem autoridade, pois o educando precisa do referencial de educador a fim de ter base para a construção do seu. Muitas vezes, o professor não consegue disciplina porque não tem autoridade diante dos alunos. Quando a escola representava um caminho de ascensão social, o professor era visto como um dos seus representantes mais qualificados e como tal era tratado. Hoje esse tratamento de respeito tem que ser conquistado pelo professor através do domínio intelectual, ético, profissional e humano, sendo capaz de perceber e respeitar o outro como pessoa (VASCONCELOS, 1995, p.44).

CLARO (1995, p.122) confirma as palavras de VASCONCELOS quando afirma que:

É a partir da confiança que o professor deposita nos seus alunos que eles poderão adquirir confiança em si mesmos. E essa confiança o professor transmite ao comunicar aos alunos seus talentos, qualidades e progressos. Quando o professor valoriza o desempenho de cada aluno, avaliando-o não em comparação com o grupo mas o quanto progrediu em relação a si mesmo, isto é, quando confronta o desempenho atual com o desempenho passado e aponta o quanto o aluno caminhou dentro de sua capacidade e condição pessoal, o educando adquire autoestima e sente-se estimulado a melhorar ainda mais o seu desempenho (CLARO, 1995, p.122).

Analisando as opiniões dos autores citados, pode-se concluir que o aluno precisa receber a confiança do professor para desenvolver sua autoestima. O professor deverá ter a clareza do seu papel, ter firmeza quanto à postura em relação à disciplina, conquistando a confiança e o respeito dos alunos para ser um legítimo organizador do trabalho escolar.

2.8 Processo de Avaliação

A avaliação educacional é um tema vasto e polêmico. Este processo permite detectar a ocorrência de mudanças comportamentais previstas nos objetivos educacionais, oportunizando o controle de qualidade do ensino-aprendizagem, bem como um meio de detectar os problemas de indisciplina em sala de aula.

Avaliar não é verificar a reprodução, mas fornecer condições para que o aluno crie algo novo. A avaliação deve ser o momento de questionar, de problematizar o

que foi visto. O professor deverá criar formas de avaliação que levem em consideração o raciocínio do aluno, sua capacidade de produzir novos caminhos e de se autoavaliar. O aluno deve saber o que está ocorrendo, que ele está sendo avaliado continuamente e que esta avaliação abrange a assimilação da cognição, as atitudes frente ao conhecimento, aos colegas e ao professor. O caminho do professor que avalia é o de reavaliar a aplicabilidade do seu método, de suas avaliações e de sua postura enquanto educador. O professor deve estar atento para não correr o risco de empobrecer o processo avaliatório ao aplicar apenas um tipo de instrumento.

Morales (2003) postula que existem basicamente dois tipos de avaliação: a formativa e a somativa. A avaliação formativa tem como finalidade fundamental informar. Ela oportuniza o ajuste da aprendizagem ao desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito, evidenciando melhorias e deficiências. A avaliação formativa é, portanto, uma avaliação diagnóstica, que permite avaliar o processo no decorrer da caminhada do aprendiz. A avaliação somativa é constituída de exames finais, que são aplicados no intuito de verificar a situação de aprendizado de cada um e que nota merece. É classificatória segundo os níveis esperados de aproveitamento do aluno, vinculada ao método tradicional de ensino.

Essas modalidades de avaliação são complementares e essenciais para que se efetue uma avaliação ampla do desenvolvimento do aluno, contribuindo para o melhor desenvolvimento da disciplina em sala de aula.

A avaliação classificatória existe na escola tradicional e é vista como garantia de uma escola de qualidade. Esta concepção está inserida no professor e na sociedade, fazendo com que a escola tenha receio em fazer essa mudança devido à pressão exercida pela sociedade em geral. Há grande resistência ao processo de avaliação inovadora. Alguns educadores afirmam que os professores atualmente não são exigentes e que no processo tradicional o ensino era melhor.

Constata-se que existe um alto índice de evasão e de reprovação relacionados com problemas comportamentais, indisciplina, o que leva ao questionamento dessa qualidade de sistema tradicional de avaliação que é confundido com escola competente, mas que não dá conta da aprendizagem do alunado. O ingresso do

aluno na escola não significa qualidade de ensino. Necessita-se de uma escola que tenha condições de formar o aluno para tornar-se um cidadão ativo e participativo na transformação da sociedade.

De acordo com o pensamento de HOFFMANN (1993, p. 31-32):

Numa perspectiva construtivista da avaliação, a questão da qualidade do ensino deve ser analisada em termos dos objetivos efetivamente perseguidos no sentido do desenvolvimento máximo possível dos alunos, a aprendizagem, em seu sentido amplo, alcançada pela criança a partir das oportunidades que o meio lhe oferece (HOFFMANN, 1993, p.31-32).

Observa-se através da citação acima que não é necessário existir um sistema classificatório, no sentido de apenas apontar falhas no processo, sem identificar as reais dificuldades do aluno e do professor, apenas discriminando e selecionando. Isso não determina a escola de qualidade.

A avaliação mediadora requer muita atenção por parte dos professores, pois eles irão insistir em conhecer melhor seus alunos, procurando entender suas falas, seus argumentos, teimando em conversar com eles, ouvindo suas perguntas e questionando com novas perguntas, na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual; autonomia essa que significa ser capaz de se situar com consciência e competência na rede dos diversos pontos de vista de conflitos presentes numa sociedade.

A avaliação escolar hoje está vinculada a dois extremos. Há alguns educadores que são fanáticos pela avaliação formal (prova), e outros que querem aboli-la completamente.

Alguns estudiosos do assunto como HOLT, GLASSER e HOFFMANN, em relação à avaliação escolar notam as deficiências dos tipos de medida do rendimento escolar e, ao invés de os professores trabalharem no sentido de aperfeiçoarem as técnicas e os instrumentos de medida, preferem propor um “sistema de ensino” isento de provas e exames, no qual o aluno, sem barreiras, prossiga na escola, e percorra currículos e programas, independentemente dos resultados que foram alcançados. Isso ocorre no sistema de ensino de Fortaleza, no qual o aluno da 1º ano do Ensino

Fundamental é automaticamente aprovado para o 2º ano, independentemente do resultado obtido, pois é avaliado através do relatório da professora e enviado diretamente para ao ano subsequente.

Através das leituras realizadas, constatou-se que existem preconceitos por parte dos professores que influenciam negativamente no processo de avaliação escolar. Dentre eles, podemos relacionar:

- Preconceito de comportamento;
- Preconceito social;
- Preconceito caligráfico;
- Conhecimento pessoal do aluno por parte do professor;
- Expectativas do professor em relação ao aluno.

Esses fatores mencionados influenciam com bastante frequência na avaliação imparcial do aluno e contribuem para a problemática da indisciplina em sala de aula, pois o aluno sente-se rejeitado pelas atitudes comportamentais.

Apesar de todas as dificuldades, pode-se verificar um avanço na área de funções da avaliação, embora ainda existam professores que veem a avaliação com funções ameaçadoras como saída para a indisciplina.

Hoje, outros especialistas e uma grande parte dos professores estão vendo na avaliação oportunidades para exercerem a reflexão, a compreensão, assegurar o domínio da aprendizagem, indicar os resultados da atuação dos professores e os efeitos da metodologia, ajudar na análise dos objetos de ensino etc. Sendo assim, a avaliação vai se transformando de uma arma ameaçadora e temida para um instrumento útil e desejado.

A escola pretende hoje alcançar uma série de objetivos expressos em termos de mudanças no comportamento dos alunos, assumindo a avaliação contínua grande importância no processo educativo.

A avaliação deve processar-se continuamente, sempre com caráter de diagnóstico, servindo ao educador como base para o planejamento da sua atividade docente, tornando o aluno consciente e agente de sua própria aprendizagem. Dessa forma, a indisciplina pode ser evitada, uma vez que os alunos se sentem mais valorizados com sua participação ativa em sala de aula.

2.9 Repetência e Evasão

A universalização da escola pública é hoje um fato. As crianças estão tendo acesso cada vez mais cedo à escola e aumentando sua permanência na instituição. Por outro lado, a qualidade continua sendo um fator questionável, porque os dados comprovam que as taxas de repetência e evasão continuam bastante altas. Muitos alunos têm acesso à escola, porém, não conseguem aprender, ou nela não permanecem.

A escola pública existente é antes contra o povo do que para o povo. Há décadas, sabe-se da necessidade de turno escolar integral para o filho do trabalhador, cujos pais estão ausentes na luta pela sobrevivência diária. Somente agora, no século XXI, esse sonho, que é ainda uma utopia, está começando a se realizar a passos muito lentos. Muitos não conseguirão sobreviver à violência urbana e rural. Perecerão ainda jovens. Mesmo com todo o investimento que vem sendo feito na área da Educação, principalmente pelo Governo Federal, observa-se que a mesma continua excludente. A repetência, isto é, a não aprendizagem, e a evasão, ou seja, o abandono da escola, explicam o progressivo afunilamento, que vai construindo a “pirâmide educacional brasileira”. Essa “construção” se dá através da rejeição, pela escola, das camadas populares. Pesquisas demonstram as relações entre origem social e fracasso escolar.

A história pedagógica brasileira sempre atribuiu a questão do fracasso escolar à criança e à família como forma de expurgar sua própria culpa. O sistema democrático garante que todos tenham o mesmo direito ao ponto de partida, que é a entrada na escola, com as mesmas oportunidades para se chegar ao sucesso. Porém, viabilizam esse caminho por meio da busca das individualidades do aluno,

deixando a cargo de cada um seu próprio crescimento, diferenciando-os pelo seu quociente intelectual, legitimando as desigualdades e diferenças individuais, justificando assim as diferenças de rendimento escolar.

Sabe-se que a origem das desigualdades é basicamente econômica e nada têm a ver com desigualdades hereditárias. Mas, ainda verifica-se que alguns educadores acreditam que a cultura e as características pessoais determinam a posição do indivíduo na hierarquia social, já que, para os mesmos, as diferenças sociais têm origem nas diferenças de aptidão e inteligência.

A escola, portanto, tem responsabilidade no fracasso dos alunos, quando os trata de forma discriminatória e transforma diferenças em deficiências. Assume, então, o papel de mantenedora dos valores da classe dominante. Alguns teóricos se posicionam e colocam a responsabilidade da aprendizagem na escola.

FRANCHI (1995, p.103) afirma que:

Sem desconsiderar que há causas, fora da escola, que condicionam as dificuldades e insucessos dos alunos, é preciso verificar também, dentro da escola, como esta vem tratando as suas dificuldades e produzindo os seus fracassos. Reconhece-se que também na escola, por mecanismos mais ou menos explícitos, há prática discriminatória que acentua um processo de seleção e manutenção da hierarquia social (FRANCHI, 1995, p.103).

Desse modo, não se pode analisar o desempenho do educando sem antes analisar o contexto mais amplo no qual ele está inserido.

LUDKE e MEDIANO (1992, p.123) se posicionam de forma semelhante quando afirmam que:

(...) a repetência deixará de existir: o aluno poderá ser lento no processo, mas o processo de construção do conhecimento é cumulativo e em situações comuns não é retroativo; nunca o aluno terá que voltar para trás, sempre terá ganho e terá possibilidade de prosseguir no processo (LUDKE e MEDIANO, 1992, p. 123).

Com relação à repetência, LUDKE e MEDIANO advogam que o processo de construção do conhecimento pode ser lento, porém o aluno deve ser respeitado em

seu processo de construção sem um referencial seletivo. O estudante é levado a fazer novas descobertas.

Analisando as citações acima, pode-se concluir que a repetência e a evasão podem deixar de existir, quando a escola deixar de tratar o educando como um ser diferente e problemático.

A avaliação formativa possibilita a recuperação imediata do aluno, diminui o índice de evasão e repetência, que é traumatizante para os alunos, ambos inconvenientes para o sistema de ensino. Essa visão não deve ser distorcida para facilitar a aprovação, ou baixar o nível do ensino, mas deve ser compreendida como uma estratégia de entendimento específico do aluno carente, que como resultado possibilitará a sua inserção no domínio das aprendizagens transmitidas.

Uma avaliação somativa, ao propor o acompanhamento permanente da realização do trabalho do aluno, evidencia sua melhoria ou dificuldade mais fidedignamente, uma vez que deixa de lado o fator sorte numa prova ao final do período, afasta o poder que o professor detém sobre a promoção para o ano seguinte, o que revela uma avaliação coercitiva, manifesto do autoritarismo, o que gera medo no aluno. A nota tem poder em si mesma.

A escola deve se munir dos resultados das avaliações diagnóstica, formativa e somativa sem amedrontar seus alunos, nem tentar perdoá-los, deve investigar o potencial dos mesmos e motivá-los a crescerem sem asfixiá-los.

O baixo rendimento escolar do aluno, que acarreta o problema da repetência e muitas vezes a evasão, poderá ser o somatório de inúmeras circunstâncias, entre elas: conflitos emocionais, problemas neurológicos, visuais ou auditivos. Descartada a hipótese de qualquer problema físico, a saída é procurar um especialista, que através de diversos exames, poderá fornecer um diagnóstico correto.

A indisciplina é também um fator determinante na repetência, pois gera falta de concentração e faz com que haja queda no rendimento escolar.

2.10 Planejamento Participativo

O Planejamento Participativo é um trabalho que parte da realização do homem enquanto pessoa, procurando restituir a dignidade e a valorização social através do trabalho comunitário. Esse trabalho desperta os diferentes grupos para os seus problemas e leva a soluções coletivas com a utilização dos recursos disponíveis.

Um verdadeiro Planejamento Participativo é difícil de se encontrar na realidade escolar, haja vista a dificuldade de se integrar globalmente escola-família-comunidade. Não há tempo determinado no calendário escolar da escola pública para esses encontros da congregação de professores, gestores e técnicos com a comunidade escolar composta pelos pais e funcionários e comunidade em geral.

O trabalho escolar participativo procura formar integralmente o aluno através da ação conjunta de todos os elementos envolvidos no processo escola-família-comunidade, no intuito de educá-lo para a responsabilidade, a crítica, a mudança, o conflito, a criatividade e todos os demais aspectos que caracterizam a ação do homem num mundo de novas e revolucionárias exigências.

Trata-se, portanto, de uma postura eminentemente política e social. O Planejamento Participativo procura compreender o homem na sua realidade pessoal e seu contexto, de modo a facilitar o encontro correlacional e possibilitar ao primeiro ser um agente de mudanças do segundo. Como toda a atividade renovadora, o Planejamento Participativo traz vantagens e também riscos.

Na medida em que ocorrem decisões, planejamentos e execuções, o grupo se responsabiliza por seus atos e tende a realizá-los com maior perfeição. Com isso, a comunidade toma consciência das suas necessidades e problemas, dialoga sobre eles para descobrir a melhor solução, com criatividade e consciência. O planejamento torna-se assim mais realista e objetivo, e gera propostas de soluções mais eficazes.

Os riscos de errar, falhar, surgir inseguranças e questionamentos, são partes integrantes desse processo. Os participantes devem ter consciência da possibilidade

de conflitos, choques, questionamentos, exigências diferentes e até contraditórias, incertezas, dúvidas e inseguranças. O risco é o preço de aceitar o desafio.

O Planejamento Participativo na escola não pode reduzir-se a integrar escola-família-comunidade, mas também visa à realização das pessoas e à transformação da comunidade na qual a escola está inserida.

Conforme preconiza Gandin (2000), o planejamento participativo tem uma visão própria de participação, ou seja, nasce a partir da análise situacional que induz o sujeito a oportunizar a todos uma sociedade justa para que todos usufruam de forma democrática e em condições igualitárias de poderes decisórios. Para tal, é fundamental que a Gestão seja de fato democrática.

Para que essa transformação social ocorra, é necessário que a escola seja um dos veículos de transmissão de cultura e educação, que permita ao homem assumir como ser humano seu lugar na sociedade, para o pleno equilíbrio do desenvolvimento de suas potencialidades; que seja uma instituição a serviço da dignidade humana, que capacite para decidir e agir com criticidade. Deve-se respeitar a individualidade e sociabilidade e dar prioridade aos direitos educacionais da família para que tenha condições de educar seus filhos, dando-lhes subsídios para a descoberta de novas alternativas para a melhoria de vida.

O Planejamento Participativo, assumido como processo de crescimento pessoal e transformação social, talvez seja o único caminho viável para se conseguir a renovação das estruturas e das relações na educação formal. Através do equilíbrio nas relações de poder e de decisões, os alunos se sentirão como parte integrante, portanto, copartícipes da comunidade escolar, corresponsáveis pela disciplina e aprendizagem do estabelecimento, no qual devem interagir na busca de uma sociedade mais justa.

3 METODOLOGIA

Após escolha e revisão da literatura a respeito do tema indisciplina, optou-se por aplicar a metodologia de estudo de caso. Foi adotada a técnica de coleta de dados através de formulários estruturados, conforme preconizam LAKATOS & MARCONI (1989, p.107). Foi realizada a observação não participante das aulas, a aplicação dos questionários aos professores e aos alunos e a gravação de aulas. Desenvolveu-se uma pesquisa de natureza interpretativa, com análises qualitativas e quantitativas.

Nessa pesquisa foram observadas três turmas do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal X, no município de Fortaleza, durante três meses.

3.1 Hipóteses Levantadas

3.1.1 No segmento pesquisado, há participação e/ou omissão da família em cooperar, quando solicitadas a ajudarem no encaminhamento das ocorrências disciplinares;

3.1.2 A Administração da escola utiliza ou não o Planejamento Participativo;

3.1.3 O professor é fundamental na motivação dos alunos e na disciplina escolar.

3.2 Recursos

Foram utilizados livros, internet, instrumentos de pesquisa: formulários, gravações, fotografias, entrevistas com educadores e educandos.

4 RESULTADO

4.1 Descrição da Escola

A escolha para a realização da pesquisa junto a uma escola municipal de Fortaleza procedeu-se de acordo com a intenção de observar alunos de três turmas do 3º ano do Ensino Fundamental.

A escola X era estadual e passou a ser municipal no ano de 2008. A escola é ampla em seu espaço físico, possui 13 salas de aulas, funcionando nos turnos manhã e tarde. Possui uma quadra, que necessita de reforma, sem cobertura. Não possui sala de informática. A biblioteca passa por uma reforma. O prédio é antigo e o terreno foi doado pelo Padre Caetano, pároco local, que faleceu recentemente. O nome da escola é uma homenagem a um santo italiano da Igreja Católica.

A escola enfrentava dificuldades relacionadas aos recursos materiais, fato que está sendo minimizado com a municipalização e apoio financeiro da prefeitura e do governo federal. Ao longo da pesquisa, foram adquiridos: um datashow, computadores, microsistemas, material para a rádio escolar, instrumentos para a banda e livros paradidáticos para a biblioteca, além do material de consumo para o dia a dia.

A escola oferece a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (da 1º ao 8º ano). Não há atendimento noturno. A escola possui 746 alunos.

A clientela é carente e reside nas proximidades da escola, muitos em barracos de madeira na beira da praia. O IDEB da escola é baixo, o que é hoje um estigma para a comunidade. Mudar a realidade dessa escola tem sido o objetivo do grupo que enfrenta grandes dificuldades, pois a aprendizagem das crianças vem sendo dificultada pelos problemas da violência, desestruturação familiar, desemprego e analfabetismo. Durante a pesquisa, alguns moradores foram remanejados para um conjunto habitacional construído pela prefeitura, pelo fato de a mesma estar realizando um projeto na orla marítima do Pirambu. O entorno da escola é bastante violento, motivo pelo qual o bairro está sempre nos noticiários de programas policiais.

A escola é organizada através de um trabalho conjunto da direção com toda a equipe técnica do estabelecimento. O Núcleo Gestor é composto de um Secretário, uma Diretora e uma Vice-Diretora.

A escola tem vinte e três professores. O grupo docente conta com a colaboração de duas coordenadoras pedagógicas, além de contar com o Núcleo Gestor para as orientações diárias e os planejamentos participativos.

4.2 Análise Quantitativa e Qualitativa

A pesquisa foi realizada através da observação participante e da coleta de dados através das entrevistas. Foram entrevistadas três professoras do 3º ano do Ensino Fundamental e o total de seus 68 alunos.

Diante dos dados coletados, constatou-se que 100% dos professores atribuem à família a responsabilidade da indisciplina que estão vivenciando. Todos os professores pesquisados acreditam que o aluno disciplinado deve ser responsável, participativo e questionador. Todos afirmam que alunos com faixas etárias diferentes e multirrepetentes são indisciplinados.

Nenhum dos entrevistados aconselharia seus filhos a seguirem a carreira; além disso, se tivessem outra oportunidade, eles mesmos seguiriam outra carreira. Nota-se um evidente sentimento de baixaestima e desvalorização do profissional da educação.

Os professores não se sentem apoiados em seu trabalho pelos pais, já que 66% responderam que quando chamados para tratar da questão da indisciplina de seus filhos colocam a culpa no professor, e 33% responderam que os pais reagem de forma indiferente, sem saber como proceder.

A falta de tempo para a realização de um Planejamento Participativo é uma agravante para a indisciplina nesse estabelecimento. Se houvesse um contato maior

entre todos os membros que compõem a unidade escolar e seu entorno seria mais fácil integrar ações no sentido de minimizar os problemas disciplinares, principalmente a evasão e a infrequência. A atuação efetiva do Conselho Escolar eleito, para fins de atuar também como órgão integrador das ações pedagógicas, não pôde ser destacada como eficaz no auxílio às questões disciplinares. Durante a pesquisa, foi realizada uma nova eleição e o grupo reconheceu as falhas. Afirmaram a necessidade de uma maior participação dos novos conselheiros nas questões pedagógicas e administrativas da escola. Principalmente, refletiram que o apoio dos pais às ações escolares é fundamental na melhoria do desempenho do alunado. A participação dos alunos e, principalmente, dos representantes desse segmento, isto é, dos conselheiros, é primordial no desenvolvimento das potencialidades dessa unidade escolar.

Os professores também foram unânimes em dizer que retirar o aluno de sala de aula é uma alternativa ao problema disciplinar. Essa alternativa costuma incomodar e aborrecer os pais. Observou-se que quando chamados para resolverem problemas disciplinares e sabedores de que a punição teria sido a retirada de sala de aula, ou seja, a suspensão, os pais demonstravam não estarem satisfeitos com esse instrumento de correção. Compreendo que os pais tenham um sentimento de rejeição e discriminação aos filhos que sofreram a penalidade da expulsão. Através da observação participante, verificou-se que essa é uma prática diária na escola, ou seja, há alunos retirados de sala de aula pelos professores como forma de punição. Apesar da direção da escola se pronunciar para que fossem evitadas as retiradas de sala de aula, muitos professores continuavam insistindo nessa prática, pois acreditavam que isso fosse resolver o problema. Alguns professores afirmaram que quando certos alunos vêm à escola, eles tumultuam os trabalhos e não deixam que os outros aprendam.

A análise do questionário dos alunos mostra que eles gostam da escola e atendem quando o professor pede algo (85%). A maioria (76%) conversa em sala de aula, por outro lado, afirmam (80%) que o professor não permite que conversem com seus colegas. Atestam (44%) que já repetiram o ano. Esse dado é preocupante, já que ainda estão no 3º ano; logo, a repetência é altíssima. É comum escutar nos ambientes educacionais que os professores são obrigados a passarem os alunos sem que estejam aptos, mas a estatística de reprovação nas escolas públicas

continua muito elevada. Isso demonstra que o currículo deve ser alterado, pois o aluno não está conseguindo aprender o que vem sendo esperado dele pelo sistema escolar. Os professores pesquisados afirmaram que os alunos do 3º ano não sabem ler; esse dado é assustador. Por outro lado, sentem que o seu trabalho é bem realizado, mas que os mesmos estão carregando sozinhos a culpa da situação do fracasso escolar.

Conclui-se que a problemática da indisciplina e de muitos outros fatores sociais fazem com que a profissão torne-se muitas vezes um fardo na vida dos professores, o que resulta na vontade de mudar de profissão.

É preciso que o professor seja valorizado e reconhecido como capaz de transformar a realidade da sociedade. E que as escolas possam ser reconhecidas pelo trabalho que realizam de acordo com o contexto socioeconômico e cultural da comunidade em que estão inseridas. O investimento em um currículo vivo e desafiador pode ser uma saída para motivar os alunos, evitar a indisciplina e a reprovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a adoção do termo gestão escolar, na legislação e nas organizações escolares, deve suscitar a adoção de princípios e valores mais democráticos com maior abertura à participação da comunidade no cotidiano da escola, buscando sanar os problemas da indisciplina e melhorar a qualidade da educação para todos.

Refletimos sobre a gestão educacional materializada na gestão de sistemas de ensino e a gestão escolar, na qual a idéia de gestão passa por todos os segmentos do sistema, tanto a nível macro quanto a nível de escolas (micro).

Constatamos que em gestão escolar, os processos preveem uma ampla e continuada ação que compreende as dimensões técnicas, políticas e pedagógicas, que só funcionam se estiverem de fato intrinsecamente inter ligadas. Com relação à legislação, percebemos que no âmbito do governo também houve a alteração terminológica, na legislação Federal, onde a partir da Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, a gestão democrática é caracterizada pelos princípios do ensino público e amplia a necessidade de participação dos professores e da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico das escolas e nos conselhos escolares construídos pela participação da coletividade. No caso estudado, esse é o embasamento legal para a construção coletiva de regras de convivência para amenizarmos os problemas disciplinares.

A materialização da democratização da gestão escolar passou a integrar o roteiro permanente nos sistemas estaduais e municipais de ensino, resultando assim, na implementação de várias inovações voltadas para a descentralização e a gestão democrática da escola pública que, paulatinamente, foi sendo mais difundida e cada vez mais aceita entre nós, através do planejamento participativo.

Após as várias leituras feitas, o resultado desse trabalho foi enriquecedor e propiciou uma melhor compreensão do problema que foi estudado, ou seja, da indisciplina no contexto da gestão escolar.

Verificou-se também que os cursos de formação para professores não estão oferecendo a estes subsídios para que possam enfrentar de forma adequada a indisciplina em sala de aula. Às vezes, o professor, por não encontrar soluções para tal problema, acaba por utilizar-se da avaliação ou da expulsão para punir o aluno e fazer com que este tenha o comportamento desejado. Essa visão do professor é arcaica, visto que a avaliação deve ser utilizada para diagnosticar as dificuldades dos alunos e a partir daí procurar encontrar possíveis soluções.

Percebeu-se que a interação professor-aluno facilita o processo ensino-aprendizagem, fazendo com que o ambiente da sala de aula torne-se um local agradável e compensador para ambos, diminuindo a indisciplina, a agressividade, o *bullying*.

Quando o professor valoriza a atuação discente, isso facilita para que o aluno comece a motivar-se a tornar-se um aluno disciplinado no seu verdadeiro sentido, sendo este questionador, participativo, crítico e responsável, com desejo de aprender, de compartilhar saberes com saberes.

Por outro lado, percebe-se que as mudanças ocorridas na sociedade, homens, mulheres, crianças, todos trabalhando fora para garantirem a sobrevivência, de uma forma ou de outra, diminuem o tempo necessário para o diálogo familiar e os pais ficam omissos em suas atividades de também educadores, deixando essa responsabilidade somente para o professor. O aluno encontra-se desorientado, sem uma referência, e acaba por tornar-se uma pessoa indisciplinada e sem limites. Daí a importância do professor, através de metodologias grupais permeadas de afeto, aceitação, empatia, honestidade, ética e tolerância, criar um clima emocional contagiante e acolhedor, cenário propício ao desenvolvimento do aluno com vazios existenciais.

Sabendo-se que o baixo rendimento escolar do aluno acarreta a repetência e muitas vezes contribui para que aconteça a evasão, a escola deve se munir de métodos avaliatórios básicos, que não amedontem o educando, de modo que investigue o potencial dos mesmos, motivando-os a crescerem, sabendo superar

suas dificuldades, tornando-os conscientes de seu papel no desenvolvimento enquanto pessoas cidadãs, autônomas, responsáveis e éticas.

Para que isso ocorra, é preciso que se tenha um planejamento participativo que envolva a família, a escola e a comunidade, no intuito de se conseguir êxito nas atividades, fazendo com que os alunos tomem suas próprias decisões na busca de soluções para os seus problemas. Com isso, tornam-se responsáveis e mais conscientes de sua atuação na escola, criando coletivamente e obedecendo as regras de convivência, também na comunidade em que estão inseridos, diminuindo os casos de violência, *bullying*, drogadição e outros tantos males que assolam as crianças e os jovens brasileiros.

No processo da pesquisa evidenciou-se o modo como o professor compreende as dificuldades que enfrenta em seu cotidiano docente, remetendo-nos aos movimentos relacionados à disciplina, à indisciplina, à resiliência e à alternância.

No que se refere à resiliência docente, este movimento caracteriza-se pela capacidade de reorganização interna do sujeito da docência. Significa o enfrentamento dos desafios na organização do trabalho pedagógico e na atividade de estudo na qual se envolve; o que implica o enfrentamento de situações de disciplina e indisciplina experimentadas na sala de aula, exigindo a ultrapassagem dos conflitos advindos da apropriação de novas formas de saber, de produzir conhecimentos, de estimular os alunos e despertar o desejo de conhecer.

Este processo está relacionado à capacidade do sujeito de retomar seus percursos, remetendo-nos ao movimento de busca de soluções de conflitos, de indisciplina e de clima emocional na sala de aula. Este movimento refere-se aos espaços/tempos transacionais entre o saber fazer (prática docente) e a produção de conhecimento sobre este fazer (ação formativa), dizendo respeito ao trabalho reflexivo realizado pelo professor acerca dos modos de atuação docente, sua metodologia, sua influência sobre a construção do conhecimento do aluno e a gestão escolar como um todo. É quando o sujeito é capaz de tomar sua ação como objeto de análise, percebendo as transações que possuem uma intensidade particular, revelando, desvelando valores, concepções, extraíndo informações capazes de

favorecer o conhecimento de si, bem como a emergência de novos modos de produzir a ação docente (JOSSO, 2004).

Na Gestão Escolar, faz-se necessário oportunizar a realização de reuniões para o planejamento participativo, abrindo espaços para as ações dos pais, alunos, equipe diretiva, para confrontarem e conviverem com diferentes pontos de vistas, compartilhando experiências e diferentes perspectivas sobre a ação docente, como aspectos potencializadores do engendramento de espaços de atividades individuais e grupais, de alternância pedagógica, com vistas à superação do problema da indisciplina no cotidiano escolar e comunitário.

Como se percebe, o compartilhamento entre professor-aluno emerge como um dispositivo importante deste processo, remetendo-nos às considerações de Bolzan (2008), quando afirma que o processo de reflexão compartilhada é fundamental, na medida em que permite a tessitura de ideários e concepções que vão se redesenhando, e dessa forma, criando uma rede de interações que vai sendo produzida, à medida que os participantes desse processo têm a oportunidade de confrontarem seus pontos de vistas em relação aos saberes e fazeres que produzem cotidianamente.

Para que seja alcançado o objetivo de uma escola emancipadora, questionadora e crítica, com diminuição de problemas disciplinares insolúveis, violência, bullying, drogadição e tantos males, é essencial que a democracia seja um valor constante nas ações. Somente num ambiente democrático, é possível a construção de relações de equidade capazes de transformar um ambiente conflituoso em harmônico, já que todos os atores terão seus espaços de reflexão garantidos e intervenções pedagógicas eficazes. Para isso, a Gestão Escolar precisa construir, cotidianamente, espaços de participação coletiva para esse ambiente escolar que garanta a inclusão democrática de todos os sujeitos: pais, alunos, gestores, professores e funcionários e demais forças vivas da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Mariza Silveira. **Violação da infância: crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam.** Porto Alegre, RS: AGE, 2005.

AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1996.

BOLZAN, Doris P. V. **A Construção do Conhecimento Pedagógico Compartilhado:** um estudo a partir de narrativas de professoras do ensino fundamental. 2001. (Tese Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

_____. **Formação de professores:** compartilhando e reconstruindo conhecimentos. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2002.

_____. Verbetes. In: MOROSINI, Marília (org.). *Enciclopédia de Pedagogia Universitária, Glossário II.* Cap. X, 2006.

_____. **Aprendizagem docente e processos formativos:** novas perspectivas para educação básica e superior. Projeto de pesquisa Interinstitucional e integrado CNPq/PPGE/CE/UFSM, 2008.

BOLZAN, D. P. V.; ISAIA, Silvia. **Aprendizagem docente na educação superior:** construções tessituras da Professoralidade. *REVISTA EDUCAÇÃO.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

_____. **O conhecimento pedagógico compartilhado no processo formativo do professor universitário:** reflexões sobre a aprendizagem docente. In: *ANAIS do V Congresso Internacional de Educação- Pedagogias (entre) lugares e saberes,* São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

_____. **Aprendizagem colaborativa:** processos formativos em construção – ISBN 9788576960409. In: *ANAIS do VII Seminário de Pesquisa em educação da região Sul-*, 2008, Itajaí – Santa Catarina. ANPED Sul-. Itajaí – Santa Catarina: UNIVALI-Itajaí, 2008. v. 01. p. 01-15.

CLARO, Maria Aparecida Lima. **A causa dos professores:** vínculo libertador professor-aluno. Campinas – São Paulo: Papirus, 1995.

CUNNINGHAM, A. **On step foreward:** Lessons learned from a randomized study of multisystemic therapy in Canada. *Praxis – Research from the Centre Retrived* in March, 2005, from <http://www.lfcc.on.ca>

FANTE, C. **Fenômeno Bullying:** como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005.

FERRY, G. **Pedagogia de la formación**. Buenos Aires: UBA. FFyl. Ediciones Novedades Educativas, 1997.

FRANCHI, N. **Memórias de uma educadora**. Expressão: Revista Científica da Fundação Educacional Guaxupe. Guaxupe, v.2, pl 160-180, dez. 2001.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GARDNER, H. **O Bom, o Belo e o Verdadeiro**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade. 2. ed. 1993.

ISAIA, Sílvia Maria de Aguiar. ; BOLZAN, Doris Pires Vargas. Ciclos de vida profissional de professores do ensino superior: um estudo sobre o desenvolvimento profissional docente. *Projeto de pesquisa interinstitucional e integrado*, CNPq/PPGE/CE/UFSM, 2003.

_____. Formação do professor do ensino superior: um processo que se aprende? **Revista Educação**. V.29, n2, p. 121-133. UFSM. Santa Maria/RS, 2004.

_____. Aprendizagem Docente no Ensino Superior: construções a partir de uma rede de interações e mediações. *In: UNirevista*. Vol.1, n.1. IV Congresso Internacional de Educação. UNISSINOS. São Leopoldo. 2005.

_____. Tessituras dos processos formativos de professores que atuam nas licenciaturas. *In: Rays, Oswaldo A. (org.). Educação, Matemática e Física: subsídios para a prática pedagógica*. Santa Maria, RS: Editora da UNIFRA, 2006, p.69-86, 2006.

_____. Construção da profissão docente/professoralidade em debate: desafios para a educação superior. *In: CUNHA, Maria Isabel (org.). Reflexões e práticas em pedagogia universitária*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiência de vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOHLBERG, L. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao: Biblioteca de Psicología, Desclée de Brouwer, 1992.

LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. São Paulo, 1989.

LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 1988.

LEONTIEV, A.N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Editorial Cartago de México, S.A. Cerrada de San Antonio N° 22, 1984.

LUCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____ **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

_____ **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores.** *Em aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

_____ **Concepções e processos democráticos de gestão educacional** Rio de Janeiro: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

MASLOW, A. H. **Motivation and Personality.** New York: Harper, 1968.

MILHOLLAN, F. **Skinner X Rogers:** maneiras contrastantes de encarar a educação. São Paulo: Summus, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O significado Social e para a Saúde da Violência contra Crianças e Adolescentes. In: WESTPHAL, Márcia Faria (org.). **Violência e Criança.** São Paulo: Edusp, 2002.

MORALES, Pedro. **Avaliação Escolar:** o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2003.

PARRAT-DAYAN, Sílvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola.** São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, M. Nos supostos para pensar a formação e auto formação: a professoralidade produzida no caminho da subjetivação. In: LINHARES, Célia; CANDAU, V. et al (org.). **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa.** Rio: DP&A, 2000.

PIAGET, J. **O julgamento moral da criança.** São Paulo: Mestre Jou, 1977. (Original publicado em 1932).

PIMENTA, S. G.; GONÇALVES, C. L. **Revedo o ensino do 2º grau propondo a formação de professores.** São Paulo: Cortez, 1995.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro.** V.2, 4 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SANDER, Beno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação.** In: Oliveira, Dalila Andrade. Et. All. (org). **Política e Gestão da Educação.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SHIMIDT, L. M. **A Disciplina na sala de aula:** educação ou repressão. 2. ed. São Paulo: EPU, 1989.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Disciplina**: construção da disciplina interativa em sala de aula e na escola. 2. ed. São Paulo: Liberdade, 1995.

VYGOTSKI, L. A. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ANEXOS

Anexo A - Questionário aplicado aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental

Pesquisa de Campo

1. Você se acha indisciplinado?

sim

não

2. Você conversa em sala de aula com seus colegas?

sim

não

3. O professor deixa que você fale com seus colegas durante a aula?

sim

não

4. Você acha que sua turma é bagunceira?

sim

não

5. Você gosta de estudar?

sim

não

6. Você joga o lixo no cesto?

sim

não

7. Você bateu em algum colega esse ano?

sim

não

8. Quando o professor pede a você que se comporte, você atende?

sim

não

9. Você já repetiu o ano?

sim

não

10. Seus pais ou responsáveis já foram chamados para falar com o Diretor sobre seu comportamento?

sim

não

Anexo B – Entrevista com professores do 3º ano do Ensino Fundamental

Pesquisa de Campo

Marque somente uma opção nas questões objetivas:

1. O que é indisciplina?

- questionar a autoridade do professor
- não agir conforme o esperado pelo professor
- não cumprir as regras impostas pela escola
- n.r.a. (nenhuma das respostas anteriores)

2. Na sua opinião, qual o principal responsável pela indisciplina em sala de aula?

- sociedade
- família
- escola

3. Em que situação, o aluno pode ser considerado disciplinado?

- quando é responsável, participativo e questionador
- quando concorda sempre com o professor
- quando é bem comportado

4. O que contribui para a indisciplina em sala de aula?

- alunos com faixas etárias diferentes
- aulas monótonas, não significativas, cansativas
- a falta de domínio do conteúdo por parte do professor

5. O professor se utiliza às vezes da avaliação para punir os alunos e ter controle maior da disciplina em sala de aula?

- sim
- não

6. Como anda o relacionamento professor-aluno?

- há respeito mútuo professor-aluno
- o professor é valorizado e visto como alguém importante para o aluno
- o aluno não respeita nem valoriza o professor

7. Alunos multirrepetentes são indisciplinados?

- sim
- não

8. Qual a reação dos pais quando chamados para tratar da questão da indisciplina de seus filhos?

- colocam a culpa no professor
- reagem de forma indiferente, sem saber como proceder
- são omissos, não comparecendo à escola

9. Diante da situação profissional atual, você aconselharia seu filho ou amigo a seguir a carreira do magistério?

sim

não

10. Se surgisse uma nova oportunidade, você seguiria outra carreira?

sim

não

11. A conversa entre os alunos em sala de aula deve ser proibida?

sim

não

12. Explique o conceito de indisciplina.

13. Como você resolve os problemas disciplinares?

14. Quais são as regras que você aplica na sua sala de aula?

15. As regras aplicadas na sua sala de aula são construídas coletivamente com todos os alunos ou são impostas pela professora?